

# JORNAL DO BRASIL

## Novo presidente terá de rever dívida pública

25 SET 1989

Nilton Horita

**S**ÃO PAULO — A dívida pública rolada diariamente no overnight é o principal alvo do choque econômico a ser adotado com a posse do novo governo. É tão grande a preocupação, que o deputado Cesar Maia (PDT-RJ) já está solicitando que a própria iniciativa privada se antecipe e estabeleça uma proposta de ajuste. “O ser privado tem que botar a cabeça no lugar e tomar a iniciativa de equacionar o problema”, afirma ele. “Não adianta ficar esperando interminavelmente uma redução drástica do déficit, pois o risco é muito grande. Não queremos roubar patrimônio de ninguém, o que estamos esperando é que os próprios agentes econômicos se preservem”, acrescenta.

De acordo com César Maia, se nada for feito imediatamente no que se refere à dívida interna, o país vai passar rápido para a hiperinflação de fato. E então nenhum patrimônio irá sobreviver. Na Alemanha de 1923, vivendo uma hiperinflação, por exemplo, as despesas do governo com os serviços da dívida interna passaram a ser de apenas 3% reais. “Isso mostra como o patrimônio da rolagem da dívida interna ficou totalmente dilapidado”, afirma. Além de tudo isso, ao contrário da ilusão de muitos agentes econômicos, os juros pagos pelo over, por mais altos que sejam, não representam incorporação de ganhos reais.

“No Brasil, existe a idéia falsa de que a indexação nos protege contra a hiperinflação, mas se não se fizer nada vamos perceber que a indexação é ilusão e que a dívida interna será totalmente pulverizada. Se houver hiper, a dívida vira pó”, analisa Paulo Guedes, assessor do candidato Afif Domingos.

**Rediscussão** — Guedes acredita que a proposta de César Maia de que os agentes econômicos tomem agora a iniciativa de propor a rediscussão da dívida interna tem consistência. “A idéia é, portanto, reunir a iniciativa privada para participar com sua cota de sacrifício com um imposto de estabilização dentro de um programa mais amplo”. César Maia entende que a forma de ajuste poderia ser feita com qualquer mecanismo, desde o simples desconto da forma de um imposto de estabilização até a troca de títulos federais por outros ativos.

Já o economista Antônio Barros de Castro propõe o corte de 10% sobre o valor do estoque da dívida interna. “É preciso que todos participem de um programa de sacrifícios”, afirma. O presidente da Abamec, Humberto Casagrande, afirma, por sua vez, que o problema não é tão relativo ao estoque da dívida, mas ao seu prazo de rolagem. Segundo ele, seria necessário uma renegociação com relação ao perfil do endividamento.

César Maia ainda faz um alerta: “Não adianta o mercado financeiro ficar pedindo pareceres jurídicos para provar que o carregador de títulos não tem responsabilidades com a dívida interna. É preciso que se olhe para a frente e se fuzele o problema de uma vez. O sistema financeiro é extraordinariamente ágil para com oito telefonemas resolver todo o problema em pouco dias”.